

# CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



A Operação Overclean já está na sua oitava fase

## Quem pariu a emenda, que a embale

Na próxima quarta-feira (5), o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE) fará reunião na qual espera concluir o texto de um projeto de iniciativa popular que visa dar um freio importante na farra das emendas orçamentárias que é hoje alvo de investigação da Polícia Federal com a Operação Overclean e de ação no Supremo Tribunal Federal (STF), que tem

como relator o ministro Flávio Dino. A proposta do MCCE é singela no propósito. Pode ser resumida com aquele famoso ditado de origem bíblica: “Quem pariu Mateus, que o embale”. A proposta, assim, é vir a responsabilizar pessoalmente ou deputado ou senador que propôs a emenda orçamentária caso haja desvio do dinheiro. Seu CPF ficará vinculado à emenda.

### Ressarcimento

Não importará se não houver a constatação de que o dinheiro foi efetivamente parar no bolso do parlamentar. Seu CPF entrará no jogo. Se o dinheiro não chegar ao destino, a responsabilidade será dele. E ele terá que ressarcir aos cofres públicos a verba que for desviada.

### Popular

A intenção do MCCE é iniciar, a partir da conclusão do texto, um processo semelhante ao que foi feito para a aprovação da Lei da Ficha Limpa. Um projeto de iniciativa popular precisa ter o apoio de, no mínimo, 1% do eleitorado, distribuído em pelo menos cinco estados do país.

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Dino é o relator das ações sobre emendas

## Um escândalo que se naturalizou

O advogado e cientista político Melillo Dinis, integrante do MCCE, acredita que o projeto, caso chegue ao Congresso com a forma do apoio da sociedade por meio de iniciativa popular, poderá ter o êxito que teve a Lei da Ficha Limpa. Antes da sua aprovação, duvida-se que o Congresso viesse a aprovar algo contra ele

mesmo (e as mudanças na lei mostram o tamanho dessa resistência). Mas, quando a pressão é grande, o Parlamento acaba sucumbindo à opinião pública. O que se verifica agora, e espanta, é como a coisa se naturalizou. O parlamentar domina a verba e não dá satisfação e isso não mais escandaliza.

### “Uma cidade”

“Não pode ser normal que um deputado ou senador tenha poder de destinação de dinheiro público maior que o orçamento da maioria das cidades”, comenta Melillo. E é isso mesmo. Cada deputado federal dispõe hoje de mais de R\$ 37 milhões para emendas.

### “Calói”

Então, surgem conversas nas investigações nas quais políticos dizem coisas como “Cadê minha Calói?”, supostamente referindo-se à propina pela verba que destinaram. A frase remete a uma antiga propaganda, na qual um menino pede uma bicicleta de presente.

### Pix

Isso sem contar com as demais modalidades que, na verdade, hoje são ainda mais graves pela falta de rastreamento e transparência. Apesar de todos os esforços do STF com Flávio Dino, as tais “emendas Pix” e o que compõe o tal “orçamento secreto” seguem não rastreáveis.

### Dezena

Há informações de que as várias fases da Operação Overclean já teriam chegado a mais de uma dezena de parlamentares envolvidos com desvio de recursos orçamentários. Um escândalo anunciado. É o dinheiro da sociedade brasileira escoando pelo ralo.

# Senado deve votar isenção do IR nesta semana

## Agenda tem também instalação da CPI do crime organizado

Por Gabriela Gallo

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado deve votar, nesta terça-feira (4), o projeto de lei que amplia a isenção do Imposto de Renda (IR) para quem ganha até R\$ 5 mil mensais (PL 1087/2025). O relator da medida, senador Renan Calheiros (MDB-AL), que também é presidente da CAE, comunicou que apresentará o parecer do projeto de lei na terça para ser votado pela comissão. Uma vez aprovado na CAE, o texto seguirá direto para o plenário do Senado, sem precisar ser apreciado por outras comissões da Casa. Se passar por alterações, retornará para a Câmara dos Deputados.

Além de ampliar a isenção total dos contribuintes do IR que ganham até R\$ 5 mil, o PL 1087/2025 ainda amplia a isenção parcial do pagamento do tributo para aqueles que ganham entre R\$ 5.001 e R\$ 7.350. Para compensar a falta de arrecadação com as novas mudanças, o projeto determina uma tributação de até 10% para contribuintes que arrecadarem até R\$ 600 mil por ano (o equivalente a R\$ 50 mil por mês). Contudo, o parecer do relator da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), deixou algumas exceções fora da tributação de compensação. Dentre elas, estão: Fundos de Investimento Imobiliário (FIIs), Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fia-gro), Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Letra de Crédito do Agronegócio (LCA).

Apesar de ter manifestado



Andressa Anholete/Agência Senado

Renan deve apresentar seu relatório sobre o IR nesta terça

anteriormente que quer evitar que o texto retorne para a Câmara dos

Deputados, a expectativa é que o parecer de Renan Calheiros reveja algumas das exceções impostas por Arthur Lira.

### CPIs

Nesta semana, a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) segue com as oitavas. Nesta segunda-feira (3), à partir de 16h, a comissão ouvirá o presidente da Confederação Brasileira dos Trabalhadores da Pesca e Aquicultura (CBPA), Abraão Lincoln Ferreira da Cruz, além de votar outros requerimentos da comissão.

A CBPA é uma das entidades apontadas como envolvidas no esquema de desvio de recursos, de acordo com apurações da Operação Sem Desconto da Polícia Federal (PF). A CPMI ainda aprovou a quebra dos sigilos bancário e fiscal de Abraão Lincoln.

Além disso, nesta terça-feira será instalada a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que discutirá o combate ao crime organizado no país. A informação foi confirmada pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), na última semana em meio às repercussões da megaoperação das forças de segurança do Rio de Janeiro contra a facção criminosa Comando Vermelho (CV).

Ainda sobre segurança pú-

blica, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou na sexta-feira (31) o projeto de Lei Antifacção, elaborado pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública, e encaminhou o projeto para ser analisado em regime de urgência no Congresso Nacional.

### Licença-paternidade

Nesta semana também há a expectativa de a Câmara dos Deputados votar o Projeto de Lei (PL) 3935/2008, que regulamenta a licença-paternidade no Brasil, ampliando o limite de cinco dias para até 30 dias. O relator da medida, deputado Pedro Campos (PS-B-PE), apresentou o relatório da medida na última reunião de líderes da Casa, na última quinta-feira (30).

# PF aperta cerco contra esquema das emendas

Por Sabrina Fonseca

A Operação Overclean entrou, na sexta-feira (31) em sua oitava fase, com a Polícia Federal (PF) dando cumprimento a mandados de busca e apreensão e sequestrando valores em diversas unidades da Federação. A ação, que conta com o apoio da Controladoria-Geral da União (CGU) e da Receita Federal, foi autorizada por decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e mira uma organização criminosa suspeita de fraudar licitações, desviar recursos públicos, cometer corrupção e lavar dinheiro.

Aconteceram nesta etapa cumprimentos de cinco mandados de busca e apreensão, com atuação em Brasília, São Paulo, Palmas (TO) e Gurupi (TO). A PF também providenciou o sequestro de valores considerados fruto de atividade ilícita. De acordo com a corporação, os investigados poderão responder pelos crimes de organização criminosa, corrupção ativa e passiva, peculato, fraude em licitações e contratos administrativos, além de lavagem de dinheiro.

De acordo com as investigações, o esquema investigado teve início em dezembro de 2024. Na ocasião, a PF apurou que recursos oriundos de emendas parlamentares e de convênios foram direcionados para empresas e pessoas vinculadas a prefeituras e órgãos públicos, em especial no estado da Bahia. Movimentações de pelo menos R\$ 1,4 bilhão che-

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Overclean apura desvio de verbas públicas

garam a ser apontadas como sendo objeto da fraude.

Em fases anteriores, alvos incluíram prefeitos, ex-servidores e empresários que teriam atuado com empresas de fachada para direcionar contratações e simular concorrência.

### Nova etapa

Entre os nomes mirados nesta nova etapa da Overclean encontram-se Luiz Cláudio Freire de Souza França, advogado e secretário-geral do partido Podemos, assim como ex-gestores públicos no Tocantins, como Éder Martins Fernandes (ex-secretário executivo de Educação) e Claudinei Aparecido Quaresemin (ex-secretário extraordinário de Parcerias e Investimentos).

A investigação indica que contratos de dedetização firmados pela Secretaria de Educação do Tocantins, com indícios de superfaturamento e pagamento de propina, foram parte da estrutura do esquema.

### Modus operandi

O “modus operandi”, conforme a apuração, envolvia o direcionamento de licitações via empresas controladas pelos investigados, pagamentos de propinas e uso de emendas parlamentares como instrumento de financiamento dos contratos fraudulentos.

Em breve, a PF fez constar que o núcleo funcionava como uma organização criminosa estruturada, com ramificações em diversos estados.

Segundo especialistas, o desdobramento revela um agravamento no grau de sofisticação dos esquemas de desvio de recursos públicos: não se trataria mais apenas de fraudes pontuais, mas de redes que atuam com financiamento político, empresas fachada, uso de legislações para emendas e contratos, e mobilização de agentes públicos em diferentes níveis. A atuação da PF em múltiplos estados reflete a amplitude dessa investigação.

A investigação prossegue em sigilo, mas, o que se sabe até agora é que os alvos desta fase não foram presos (ao menos publicamente até o momento da divulgação), embora valores já estejam sequestrados e a estrutura já esteja sob forte pressão investigativa. A PF informou que vai requisitar à Justiça as medidas cabíveis para as etapas seguintes, incluindo bloqueios de bens, colaborações premiadas e eventual indiciamento dos envolvidos.

Este novo capítulo da Overclean traz à tona, mais uma vez, o desafio de tornar mais transparente a execução de emendas parlamentares e contratos públicos, sobretudo no que se refere aos critérios de fiscalização, à rastreabilidade das verbas e ao papel dos entes de controle no Brasil. A repercussão política também é relevante, pois envolve dirigentes partidários, agentes públicos de alto escalão e tem potencial de impactar diferentes esferas do poder do Legislativo ao Executivo municipal e estadual.